



Polarização
Demográfica e
Densificação
Urbana no
Município de
Ponta Delgada,
entre 1981 e 2001

Autor: Eduardo Costa Duarte Ferreira

Universidade dos Açores, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

E-mail: eferreira@uac.pt

Resumo:

Assumindo um registo descritivo, este artigo pretende, num primeiro momento, dar conta do quadro de polarização demográfica evidenciado pelo município de Ponta Delgada, durante as últimas duas décadas do século XX. Com base nisto, procura-se depois identificar os principais vectores de evolução e de densificação demográficas da unidade territorial em análise, de modo a melhor caracterizar o processo de urbanização que está na base do que, actualmente, se entende ser o tecido urbano de Ponta Delgada.

Palavras Chave: Polarização demográfica, densificação urbana, urbanização, cidade, Ponta Delgada.

Abstract

Assuming a descriptive position, this article intends, in a first approach, to present the demographic polarization trend that the Municipality of Ponta Delgada revealed during the last two decades of the 20th Century. On this basis we try to identify the main courses of evolution and demographic intensification of the territorial unit in study, as to better characterize the urbanization process that is responsible for the existing urban area of Ponta Delgada.

Key words: Demographic polarization, urban intensification, urbanization, city, Ponta Delgada.

Demographic
polarization and
urban intensification
on the municipality of
Ponta Delgada
between 1981 and
2001

Introdução

Desde há cerca de quatro décadas a esta parte, que o crescimento dos principais núcleos urbanos portugueses tem vindo a abandonar progressivamente a lógica de “mancha d’óleo”, substituindo-a por um outro figurino que, em termos gerais, se caracteriza pela fragmentação do tecido urbano. Face à descontinuidade espacial e funcional das áreas que daí resultam, este novo paradigma tornou mais complexo o entendimento que se pode ter acerca das cidades no sentido mais convencional do termo, isto é, enquanto entidade física e social detentora de um centro e de uma forma específica (Gaspar et. al., 2005).

Tanto as acessibilidades como os movimentos populacionais são peças-chave para melhor se perceber os contornos destas novas realidades. Relativamente às primeiras, se é verdade que, por um lado, o aparecimento de novas acessibilidades costuma imprimir a este tecido urbano fragmentado alterações significativas – por exemplo, ao nível do preenchimento dos seus interstícios –, por outro, as infraestruturas rodoviárias tendem a estar, muitas vezes, na base da urbanização de pequenos aglomerados rurais, que, deste modo, passam a estar ligados a um núcleo original. As acessibilidades tornam-se, assim, variáveis explicativas fundamentais das relações que, a partir daí e dentro de uma hierarquia de centralidades, se estabelece entre todas estas áreas.

Por sua vez, a análise das dinâmicas populacionais na génese e consolidação dos processos em causa, não ocupa um lugar de somenos importância. Na maior parte dos casos, este esforço conduz-nos às tendências e aos diferentes ritmos com que a urbanização e a concentração urbana se verificam. Além disso, revela-nos, por diversas vezes, o contraponto destas situações, ou seja, a intensidade quer dos processos de despovoamento das áreas rurais quer dos movimentos de centrifugação que, frequentemente, alteram a face dos centros históricos das cidades.

Se se conhece mais profundamente os processos de urbanização e intensificação urbana que estiveram na origem dos dois territórios metropolitanos portugueses – os quais, por sinal, respeitam tipologias distintas (Ferreira, 1987; Domingues, 1992) –, sabe-se um pouco menos em relação à maior parte das cidades de média dimensão. Porém, é ponto assente, por exemplo, que o seu dinamismo demográfico se encontra territorialmente diferenciado, existindo, de um modo geral, uma situação de elevada bipolarização entre o litoral e o interior do país. Também se tem conhecimento de cidades médias cujas áreas urbanas, em termos da sua dinâmica demográfica, constituem verdadeiros casos de sucesso, tendo em conta a inserção geográfica das mesmas no panorama mais negro que caracteriza uma grande parte do interior do país – Bragança, Covilhã, Castelo Branco ou Évora, são apenas exemplos (Marques, 2004). Além disso, sabe-se também que as dinâmicas que se processam ao nível das freguesias que integram tais áreas, nem sempre revelam uma lógica homogénea; a par dos casos em que se verifica o reforço populacional das freguesias urbanas tradicionais, existem outros em que a perda de residentes no núcleo vetusto é compensada por ganhos ao nível das zonas contíguas, ou não, ao mesmo.

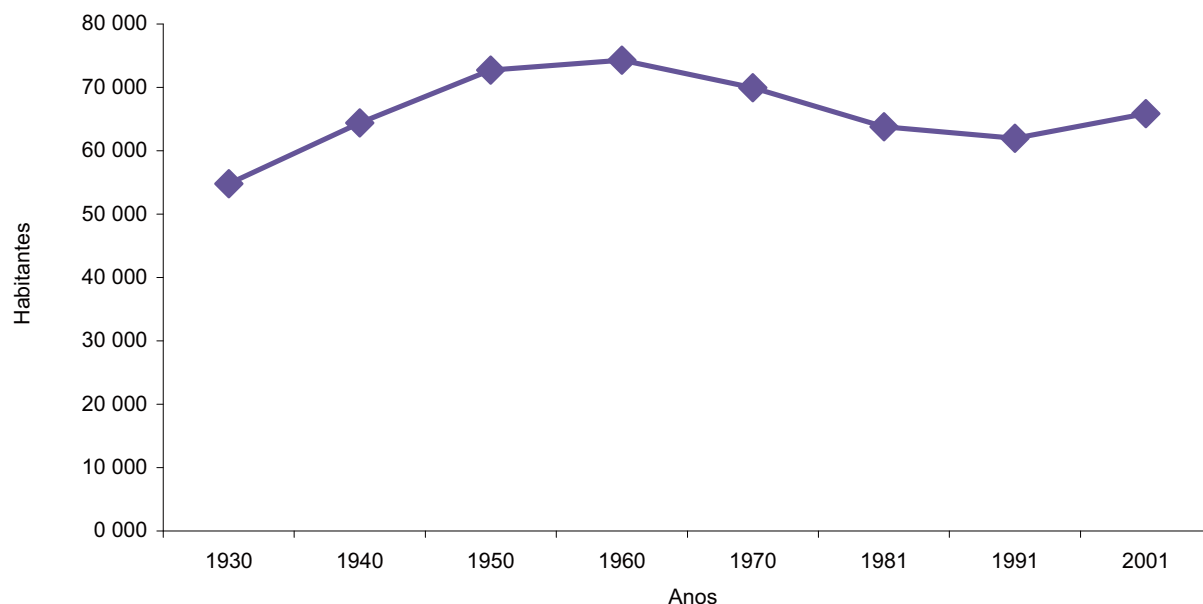
À luz destes breves considerandos e debruçando-se sobre a situação do município e da área urbana de Ponta Delgada, entre 1981 e 2001, o presente artigo procura, sobretudo, centrar-se nesta última linha de análise. Tentaremos, por isso, perceber que tendências e a que ritmos se processou a densificação demográfica desta unidade, ao longo daquele período, de modo a que daí resulte uma imagem mais clara sobre o modelo de urbanização em que o respectivo tecido urbano se revê actualmente.

Tendências de polarização demográfica

Uma rápida panorâmica da evolução da população residente no município de Ponta Delgada, ao longo de grande parte do século XX, revela dinâmicas diferenciadas. Assim, entre 1930 e 1940, assistimos a um aumento significativo do seu volume em cerca de 10 000 habitantes, a um ritmo próximo dos 1,6 % ao ano. Esta taxa veio a sofrer uma certa quebra durante a década seguinte, ainda que o sentido ascendente da evolução dos efectivos se mantivesse. A acentuação desta tendência é visível, ainda, durante a década de cinquenta, ao fim da qual a população concelhia inicia um movimento evolutivo de sinal negativo até ao final dos anos oitenta. A década de noventa marca a inflexão de uma linha evolutiva declinante que durou cerca de trinta anos, apresentando ainda uma Taxa de Crescimento Anual Médio, até 2001, situada entre os valores registados durante as décadas de quarenta e cinquenta do século passado.

Figura 1

Evolução da população residente no Município de Ponta Delgada, 1930 - 2001



Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População (vários).

Quadro 1

Ritmo de crescimento da população do município de Ponta Delgada, 1930 – 2001

Anos	%
1930-1940	1.6
1940-1950	1.2
1950-1960	0.2
1960-1970	- 0.6
1970-1981	- 0.9
1981-1991	- 0.3
1991-2001	0.6

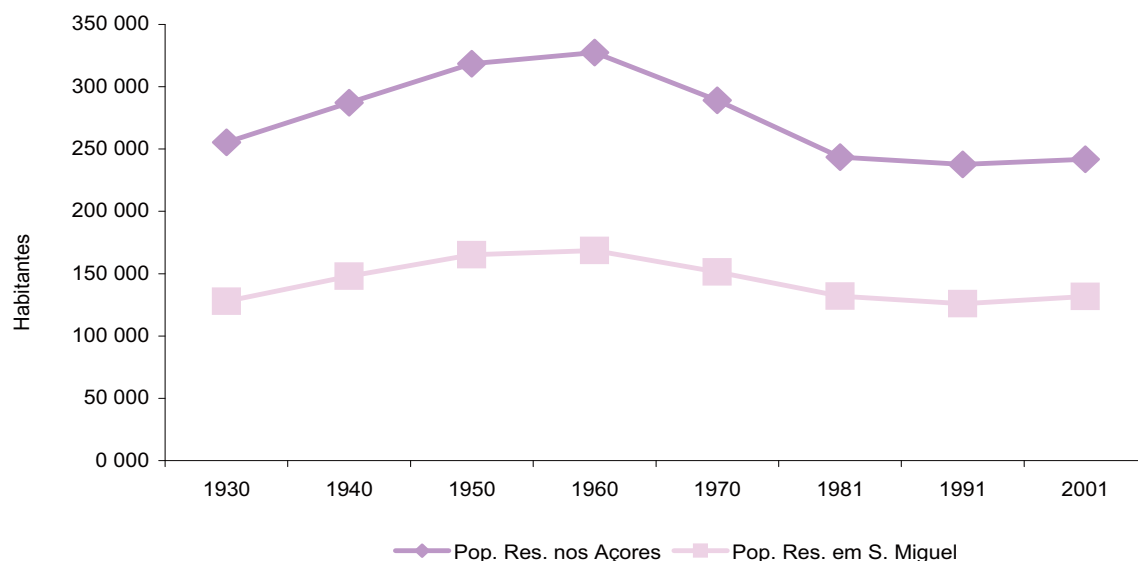
Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População (vários).

Apesar dos efeitos que possam ter sido transpostos da dinâmica populacional açoriana, em geral, e micalense, em particular, para a dinâmica populacional do município, por via do comportamento das variáveis natalidade e mortalidade, é sabido que a evolução da população em causa acabou por ser determinada pela forte corrente emigratória que atingiu o arquipélago durante as décadas de sessenta e de setenta, em particular (Figura 2).

Contudo, o município de Ponta Delgada, enquanto unidade administrativa e estatística que comporta a maior cidade quer da ilha quer do arquipélago, representa algo mais do que o simples reflexo do comportamento populacional de uma unidade territorial mais ampla. Os movimentos migratórios internos que convergiram na cidade e nas suas zonas limítrofes, fizeram com que a população que daí havia saído em direcção aos principais destinos emigratórios, fosse, parcialmente, compensada por alguma que passou a entrar, vinda das chamadas freguesias rurais (Rocha, 1999).

Figura 2

Evolução da população residente nos Açores e na Ilha de S. Miguel, 1930 – 2001

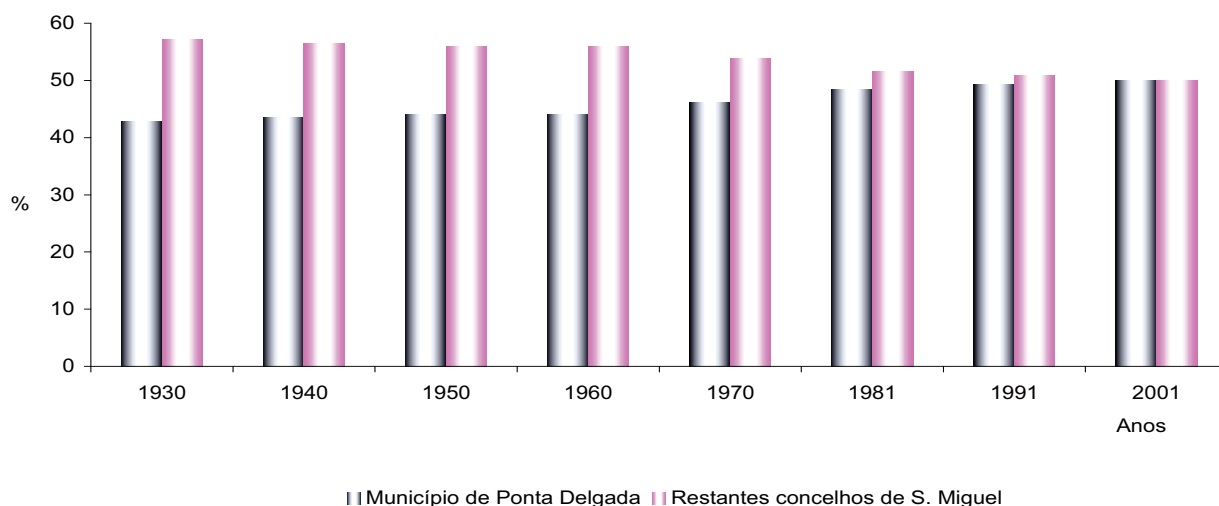


Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População (vários).

Isto mesmo acaba por ser demonstrado, em certa medida, pelos valores e pelas tendências respeitantes ao acréscimo da importância demográfica relativa¹ do município de Ponta Delgada no conjunto total dos municípios da ilha (Figura 3). A partir da década de sessenta, o seu peso relativo cresce gradualmente até atingir os 50%, em 2001. Mesmo conhecendo nós a natureza do indicador e sabendo que tal só se verifica devido à perda generalizada de habitantes nos restantes municípios, não deixa de considerar uma quase certa interferência dos movimentos internos na aproximação de valores que se vai estabelecendo entre a ilha e o município.

Figura 3

Importância demográfica relativa do Município de Ponta Delgada no total da ilha de S. Miguel, 1930 – 2001



Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População (vários).

¹ Entende-se, neste contexto, por Importância Demográfica Relativa (IDR) o peso relativo que, em cada um dos momentos censitários, o volume da população em análise assume no total dos residentes na ilha de S. Miguel. A inserção deste indicador no momento presente da análise – ainda antes de se proceder à sua conjugação com o da Densidade Populacional (DP) –, permite, a nosso ver, uma primeira aproximação à tendência de polarização demográfica que o município em questão tem vindo a demonstrar no contexto da ilha.

Recorrendo ainda ao mesmo indicador e combinando-o com o da densidade populacional, vemos como, ao nível da freguesia, se torna mais nítida a imagem da distribuição dos efectivos populacionais no município de Ponta Delgada (Quadro 2). De acordo com os quantitativos percentuais de cada uma das vinte e duas freguesias, em 2001 – tal como ficou registado em momentos censitários anteriores –, a situação apontava para S. José e S. Pedro como sendo as unidades de maior concentração populacional. A freguesia de S. Sebastião (Matriz), enquanto principal núcleo centralizador da maioria das actividades ligadas ao sector terciário, apresenta valores inferiores aos das duas anteriores, quase ombreando com algumas freguesias limítrofes às da sede do município, como, por exemplo, S. Roque ou Fajã de Baixo.

Quadro 2

Importância Demográfica Relativa (IDR) e Densidade Populacional (DP) das freguesias do município de Ponta Delgada, 1981, 1991 e 2001 (%)

Freguesias	1981		1991		2001	
	IDR	DP	IDR	DP	IDR	DP
Arrifes	10.8	273.7	11.0	270.1	10.5	274.7
Bretanha	2.3	115.0	2.2	103.3	2.0	102.4
Candelária	1.9	141.9	1.7	126.5	1.8	138.8
Capelas	5.3	199.9	5.7	208.4	5.7	223.2
Covoadá	5.3	114.4	1.7	108.8	1.9	126.9
Fajã de Baixo	4.9	772.8	5.6	851.9	6.9	1124.2
Fajã de Cima	5.1	273.9	5.3	278.3	5.5	305.7
Fenais da Luz	2.3	189.8	2.4	197.4	2.9	247.1
Feteiras	2.4	66.4	2.7	70.1	2.6	72.9
Ginetes	2.1	110.3	2.1	106.7	1.9	105.0
Livramento	5.1	579.7	4.8	533.4	5.3	626.4
Mosteiros	2.2	155.6	2.1	143.8	1.8	133.2
Relva	3.1	178.4	3.3	184.9	4.1	246.4
Remédios	1.7	196.9	1.6	177.0	1.5	179.3
Sto. António	4.6	249.7	3.1	167.4	3	171.9
S. José	14.1	2313.4	13.4	2132.6	13.1	2217.7
S. Pedro	10.8	2448.0	11.1	2457.3	10.9	2554.1
S. Roque	7.9	707.4	7.9	685.2	6.7	616.5
S. Sebastião	8.3	1660.0	7.4	1439.4	6.5	1346.6
S. V. Ferreira	2.1	116.9	2.2	118.4	2.5	146.4
Sete Cidades	1.2	40.2	1.3	43.1	1.3	44.6
Sta. Bárbara	-	-	1.3	94.4	1.3	99.9

Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

Nota: Em 1981, a freguesia de St.^a Bárbara ainda não havia sido criada.

Por outro lado, as freguesias de Arrifes e Fajã de Baixo merecem, cada uma delas, uma referência especial, ainda que por motivos distintos. A primeira por se tratar de um caso particular, em que os elevados valores registados ficam a dever-se à sua extensa área territorial (25.7 Km²) e à forma “alongada” como o seu aglomerado residencial se encontra distribuído no espaço.² Quanto à freguesia de Fajã de Baixo, sobressai, principalmente, o facto de ser aquela que registou o maior ganho no conjunto das que, ao longo dos anos noventa, viram aumentar a densidade da população residente e o seu peso relativo dentro do município.

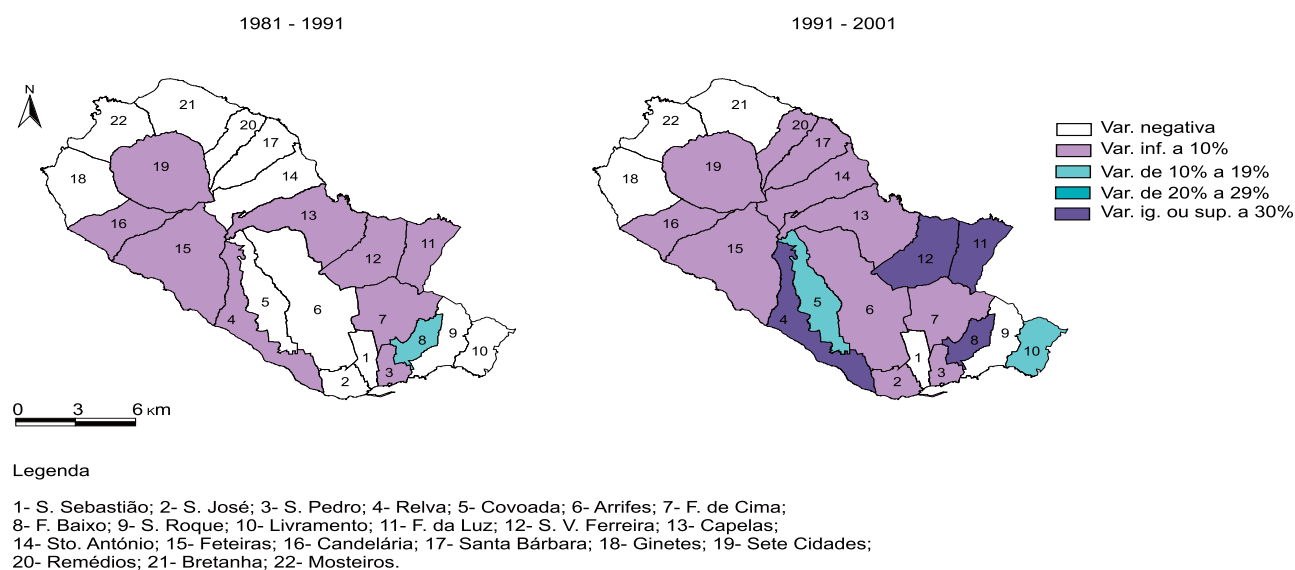
² De resto, esta não é uma tendência recente, pelo que uma observação censitária mais longa no tempo, facilmente permitiria constatar a normalidade diacrónica dos elevados valores da importância demográfica relativa do núcleo em causa.

Atendendo à variação populacional de cada uma das vinte e duas freguesias isoladamente, podemos observar que, de um modo geral, o aumento de residentes verificado no município em estudo, entre 1991 e 2001, se encontra reflectido na maioria das unidades estatísticas que o compõem. Todavia, é notória a heterogeneidade entre freguesias, podendo a mesma ser avaliada, por exemplo, pelas diferenças que existem em termos de ganhos populacionais (Figura 4). Ignorando os acréscimos mais modestos, destacam-se, a um primeiro nível e com variações situadas no intervalo dos 15% aos 20%, as freguesias de Covoada e Livramento, seguindo-se, num segundo patamar, Fenais da Luz e S. Vicente Ferreira, com valores que rondam os 25%, e, finalmente, Relva e Fajã de Baixo, cujos ganhos ultrapassam os 30%. Esta leitura, territorialmente diferenciada, do processo de concentração demográfica que ocorreu no município de Ponta Delgada, ao longo dos anos noventa, aponta não só para um reforço populacional de uma área já de si fortemente urbanizada (referimo-nos à sede do município e às suas freguesias limítrofes), como ainda para a constituição de um novo pólo situado na costa norte do município.

De resto, trata-se de um panorama substancialmente diferente do evidenciado durante o período anterior. Com efeito, entre 1981 e 1991, a única freguesia que apresentou um diferencial positivo acima dos 10% foi Fajã de Baixo (10,2%), enquanto todas as restantes de tendência semelhante não ultrapassaram os 7,5%. Esta propensão reactiva da década de oitenta torna-se ainda mais evidente quando se atende ao elevado número de freguesias que foram perdendo população residente – treze no seu total –, e que, no período seguinte, se reduz a cinco unidades.

Figura 4

Variação da população no Município de Ponta Delgada, 1981-1991 e 1991-2001



Deste modo, parece-nos razoável admitir a ocorrência, ao longo de duas décadas, de um processo de intensificação demográfica em torno do núcleo tradicional do aglomerado urbano de Ponta Delgada, que, em nosso entender, só não equivale a um movimento atractivo continuado, gerado no sentido *centro-periferia*, porque o período 1991-2001 não confirma a tendência repulsiva que, ao longo dos anos oitenta, esse mesmo *centro* prometia manter.

A expansão da mancha urbana e a “dispersão” da cidade

De modo a tornar mais facilmente referenciável a forma heterogénea que o referido processo assumiu no plano territorial, alargamos agora o nível geográfico de observação àquilo a que entendeu designar por “áreas urbanizadas”. Sendo cada uma destas aglomerações compostas por conjuntos distintos de freguesias, elas incluem-se numa opção analítica que procura respeitar a ideia de que o processo de concentração demográfica – incluído neste outro que é o de urbanização –, dificilmente é conforme às circunscrições puramente administrativas.³ Mesmo, sabendo nós, tratar-se de uma opção algo distorcida no seu pressuposto essencial (pois continua a basear-se em dados organizados segundo uma matriz administrativa), o principal objectivo deste exercício de análise é o de conseguir obter uma aproximação à “mancha urbana” que Ponta Delgada apresentava na última viragem de século. Deste modo, foram consideradas as seguintes áreas de intensificação demográfica:

i) A *Cidade* – inclui as freguesias de S. José, S. Sebastião e S. Pedro. Com uma assimetria bastante acentuada em termos da antiguidade do seu equipamento residencial e concentrando a maior parte da actividade terciária do município, este conjunto conheceu, durante a última década do século XX, um ligeiro acréscimo populacional, facto este que não deixou de constituir uma inversão da tendência demonstrada entre 1981 e 1991.

ii) O *Anel Radial* — é constituído por todas as freguesias contíguas às que compõem a *Cidade* e ainda por Covoada e Livramento, as quais decidimos juntar a este grupo, devido à reduzida distância física que as separa daquela e ao facto de serem atravessadas pela mesma rede viária. Assim, de nascente para poente, esta aglomeração engloba Livramento, S. Roque, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Arrifes, Covoada e Relva. Constatam aqui os casos das freguesias cuja intensificação demográfica se fez sentir de forma mais notável.

iii) O *Eixo Sul* – adquire esta designação por reunir um conjunto de quatro freguesias – Feteiras, Candelária, Ginetes e Mosteiros – integradas num dos principais circuitos viários do município de Ponta Delgada e que é, essencialmente, estruturado pela Estrada Regional. Neste conjunto, decidiu-se incluir a freguesia de Sete Cidades, uma vez que as acessibilidades ao lugar podem ser vistas como fazendo parte de uma rede de penetração com origem naquele eixo viário principal. De um modo geral, toda esta área comporta núcleos habitacionais que obedecem a um padrão de distribuição do tipo *aglomerado linear*, e, do total das quatro áreas aqui consideradas, é aquela onde as variações de população a nível de freguesia, ocorridas entre 1991 e 2001, se fizeram sentir com menos intensidade.

iv) O *Eixo Norte* – rege-se por critérios de denominação muito semelhantes aos da área anteriormente descrita. Uma via de ligação que se inicia ainda no município de Ribeira Grande (mais propriamente na freguesia de Ribeira Seca) e que, no lado poente da ilha, “liga” ao Eixo Sul. Dela fazem parte as freguesias de Fenais da Luz, S. Vicente Ferreira, Capelas, St.º António, St.ª Bárbara, Remédios e Bretanha. Em virtude da sua extensão e do número de freguesias que a compõem, trata-se de uma área que, em termos do perfil de concentração demográfica, acaba por se apresentar como uma combinação entre a anterior e a que denominámos de Anel Radial.

Definidas as áreas em questão e com base nos resultados fornecidos por alguns indicadores de concentração populacional (Quadro 3), estamos agora mais próximos daquilo que foram as grandes linhas de evolução e densificação demográficas do município de Ponta Delgada, ao longo da última vintena do século XX.

Do que é possível observar, confirma-se que, durante o período 1981 – 2001, não se torna possível falar de uma evolução demográfica homogénea para a *Cidade*. Desde logo, os primeiros dez anos são de decréscimo populacional e a década seguinte evidencia um movimento evolutivo de sentido contrário. Paralelamente, os índices de densidade nesta aglomeração acabam por traduzir tal inflexão.⁴ Se, no que se refere ao primeiro período, há que entrar em linha de conta com um progressivo processo de especialização funcional do espaço (em termos do reforço de actividades ligadas ao comércio e aos serviços), conducente à perda gradual de população residente; no que diz respeito ao segundo, há também que reconhecer que nem as novas construções de tipologia vertical que proliferaram dentro dos limites administrativos desta área, foram suficientes para colocar o valor da densidade populacional de 2001 ao mesmo nível do registado em 1981.

³ A escolha das designações em causa acabou por ser sempre determinada por um dos seguintes critérios: o primeiro tem a ver com aquilo que poderá ser designado de *representação colectiva* sobre os limites físicos de uma entidade sócio-espacial à qual, tradicionalmente, se tem vindo a designar de “cidade”; o segundo, e não menos importante que o anterior, assenta na forma como o território concelhio se encontra estruturado em termos de acessibilidades, sendo certo que este factor, em combinação com outros, tem vindo a desempenhar um papel determinante nas escolhas que os indivíduos e as famílias fazem quanto à sua fixação residencial.

⁴ Este indicador foi calculado com base no valor médio das densidades de cada uma das freguesias que compõem a área em si. A opção alternativa seria afectar a cada “área” uma densidade baseada no rácio *total de efectivos da “área”/total da superfície da “área”*, o que, quanto a nós, reforçaria, ainda mais, a natureza limitativa deste indicador. Por isso, em nosso entender, a escolha que fizemos não supera as lacunas que se costuma reconhecer ao presente indicador, mas adequa-o melhor ao esquema de análise construído.

Quadro 3

Diferenciação territorial do crescimento demográfico no município de Ponta Delgada, por “áreas urbanizadas”, 1981 – 1991 e 1991 - 2001

		Cidade	Anel Radial	Eixo Sul	Eixo Norte
1981	População Residente	21 190	24 689	6 268	11 657
	Densidade	2 140.5	414.3	102.9	178.0
1991	População Residente	19 807	24 568	6 131	11 483
	Densidade	2 009.8	416.1	98.0	152.3
1981-1991	Taxa de Crescimento Anual Média	- 0.67	- 0.05	- 0.22	- 0.15
2001	População Residente	20 113	26 994	6 214	12 533
	Densidade	2 039.5	474.4	98.9	167.2
1991-2001	Taxa de Crescimento Anual Média	0.15	0.95	0.13	0.88

Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

Nota: Em 1981, a freguesia de St.^a Bárbara ainda não havia sido criada.

Por outro lado, com valores de ocupação de superfície bem mais baixos do que os anteriores, o *Anel Radial* viu crescer, gradualmente, a média das densidades das freguesias que o compõem, não obstante o ligeiro decréscimo populacional aí ocorrido, entre 1981 e 1991. Esta aparente contradição (à qual não é alheia a opção tomada em termos do cálculo do indicador em causa) acaba por traduzir a própria diversidade interna de que se revestem algumas das áreas definidas, e esta em particular. Assim, tratando-se de uma média aritmética, a diferença existente entre as densidades referentes a 1981 e a 1991, espelha os ganhos de população residente ocorridos nas freguesias de Relva, Fajã de Cima e, sobretudo, Fajã de Baixo, durante essa década. De resto, importa referir que este último aglomerado destaca-se no conjunto dos que compõem a área em questão, sendo que, no momento do último Censo, a densidade populacional aí registada era quase duas vezes e meia mais elevada do que o valor médio que calculámos para a totalidade da aglomeração.

No final do período seguinte, podemos observar que o acréscimo populacional que se fez sentir no *Anel Radial*, obedeceu a um ritmo anual de ocupação significativamente mais intenso ao apurado dentro dos limites administrativos da *Cidade*, ao longo da mesma década. Na relação entre o volume dos efectivos por freguesia e a dimensão de cada uma delas, a média das densidades registadas na “periferia imediata” ao núcleo urbano tradicional sofre igualmente uma variação superior à que teve lugar no núcleo urbano mais antigo – 14% contra 1.4%, respectivamente. Apesar destas diferenças, refira-se que, mais do que áreas que possam ser simplesmente designadas de “densamente povoadas”, qualquer uma destas duas configuram territórios que conheceram um elevado incremento urbanístico durante os últimos anos, tendo este resultado, por um lado, da variação verificada em termos do espaço consumido pela respectiva população residente, e, por outro, da posição por eles ocupados no quadro da diferenciação funcional do município e da ilha.

No que diz respeito ao conjunto de freguesias situadas na costa sul do município, esta foi a área que, entre 1981 e 2001, apresentou uma maior estabilidade demográfica, no que se refere quer aos níveis de ocupação quer aos valores de densidade aí anotados, o que, em parte, se deve à sua significativa dimensão territorial. Com efeito, o *Eixo Sul* tem vindo a manter uma densidade média que não se afasta muito dos 100 habitantes por Km², e cuja reduzida variação tem acompanhado a tendência evolutiva da população residente.

O mesmo já não se poderá dizer do *Eixo Norte*. Durante a última década, a área assim designada – ou parte dela, para sermos mais precisos – parece ter-se tornado tão atractiva para a população do município de Ponta Delgada quanto o próprio *Anel Radial*. Não só os quantitativos respeitantes às variações de volume de cada uma das aglomerações estiveram muito próximos entre si, como os ritmos médios a que se processou o crescimento em cada uma delas, acabaram por se acompanhar mutuamente. Todavia, não podemos ignorar a diversidade demográfica interna de que se reveste este eixo, nem o facto de alguns dos valores médios calculados para o mesmo se encontrarem profundamente influenciados pela intensificação populacional demonstrada em duas das suas freguesias – S. Vicente Ferreira e Fenais da Luz. Os índices de densidade referentes a cada um dos três momentos em análise constituem um desses casos, em que, por exemplo, a média de 167 habitantes por Km², anotada em 2001, não reproduz com exactidão o que se passava nestas freguesias, ou ainda na de Capelas, com 223 habitantes por Km².

Algumas conclusões

De acordo com os dados analisados, pensamos ser razoável admitir que, durante o período estudado, o município de Ponta Delgada acabou por ser palco da ocorrência de um fenómeno de expansão urbana que veio a alterar o padrão geográfico e morfológico que, ao longo de várias décadas, identificou a “cidade” de Ponta Delgada. Por um lado, verifica-se uma clara tendência de crescimento contínuo do núcleo urbano tradicional, em direcção a zonas como Fajã de Baixo, Livramento, Arrifes e Relva, deixando adivinhar, cada vez mais, uma maior diversidade ao nível dos usos do solo, sobretudo no que se refere à implementação de actividades económicas. Por outro lado, assiste-se ao surgimento de uma espécie de “extensão” da cidade a norte do município – concretamente, às freguesias de Capelas, S. Vicente Ferreira e Fenais da Luz –, tendência esta que se reveste de um carácter monofuncional (residencial) e que, em termos gerais, resulta dos incrementos por que passou o desenho viário do município.

Desconhecemos (nem os objectivos fixados para a presente análise o exigiam) se estas transformações significaram apenas um puro processo de ocupação territorial ou se, para além disso, têm vindo a traduzir-se em ganhos efectivos de *qualidade do urbano* (Ferreira, 2004). Porém, pode dizer-se, sem muitas reservas, que, por via daqueles dois processos, a “cidade” tornou-se menos *convencional* do que era antes, dentro do velho paradigma urbano de uma aglomeração física que se dava a conhecer através dos seus limites e da sua forma. A uma escala adequada, julgamos poder aplicar aqui alguma da terminologia que tem auxiliado os geógrafos na caracterização das chamadas “novas territorialidades”, referindo-nos a esta ocorrência como tendendo a respeitar um modelo de periurbanização. Com efeito, dentro das grandes linhas que o definem, estamos em presença de um fenómeno de integração do espaço urbano e das áreas rurais, quer do ponto de vista físico, quer na sua vertente funcional (Nel.lo, 1998). Dentro desta lógica, as fronteiras físicas, sociais e económicas entre os centros urbanos, as zonas periurbanas e as zonas rurais, são cada vez mais ténues, constituindo as segundas, essencialmente, áreas de “transição” entre a cidade e o campo, o que se deve, em grande medida, à sua natureza multifuncional (Durán, 2005). Porém, uma vez reconhecido o elevado grau de concentração das actividades que o “centro” de Ponta Delgada ainda apresenta, é óbvio que, no caso estudado, apenas podemos falar de uma tendência de periurbanização de carácter essencialmente residencial, em que a tónica se encontra colocada na “propagação da população urbana”, como salienta Dúran (2005), e não, por exemplo, numa lógica de complementaridade territorial ao nível da localização de pequenas e médias empresas.⁵

De facto, não obstante as limitações explicativas e interpretativas decorrentes do nível de análise aqui utilizado, parece-nos legítimo falar da ocorrência, ao longo de vinte anos, de um fenómeno de redistribuição da população residencial, e que, durante a primeira década, se dá a conhecer através de uma tendência de contornos ténues, mas que, nos dez anos seguintes, apresenta já um carácter mais vincado. Assim, a última década do século XX constitui um período de algum ganho demográfico para o “casco antigo” da cidade, mas é, essencialmente, uma fase de atracção quer pela “periferia” radial contígua a este quer por um núcleo que, apesar de não beneficiar desta adjacência espacial, tem a seu favor a relativa proximidade física ao “centro”, assegurada, sobretudo, pela existência de boas acessibilidades (referimo-nos a uma parte do designado *Eixo Norte*).

Como o próprio processo histórico de urbanização demonstra, a responsabilidade da ocupação das chamadas áreas “periféricas” não costuma (nem pode) ser unicamente imputada às populações que, num momento anterior, ocupavam áreas com um maior grau de centralidade e que, depois, acabaram por ser atraídas, ou repelidas, para essas franjas. Nem sequer a periurbanização – como, aliás, pensamos ter deixado claro – pode, alguma vez, ser confundida com a ideia de crescimento concêntrico das cidades. Todavia e no que concerne ao caso específico do nosso objecto de estudo, isto não impede que afirmemos que uma parte importante do processo em causa acaba por parecer configurar um fenómeno de expansão do próprio núcleo urbano de Ponta Delgada, ilustrado pela referida densificação demográfica das “periferias” e parcialmente resultante, estamos em crer, de alguma centrifugação populacional daquele mesmo “centro”, o que se terá verificado, sobretudo, ao longo da década de oitenta.⁶

⁵ Entraríamos aqui nos conceitos de *urbanização difusa* e de *cidade difusa*, tais como são definidos por alguns dos autores que os enquadram dentro do actual contexto de “flexibilidade do capital”. Ver, entre outros, Indovina (2005).

⁶ Relembramos apenas que, entre 1981 e 1991, a *Cidade* vê a sua população decrescer em 6.5%, mas freguesias como Relva, Fenais da Luz ou Capelas experimentam um aumento de efectivos da ordem dos 4%, enquanto no núcleo de Fajã de Baixo esse quantitativo ultrapassa mesmo os 10%.

Com efeito, a consolidação urbanística do terciário e dos serviços administrativos no núcleo urbano tradicional, durante a segunda metade dos anos setenta e ao longo da década de oitenta, poderão ter constituído um dos principais factores de repulsão demográfica. Com maior incidência a partir do momento em que foi concedido o regime autonómico à Região, o núcleo mais antigo da cidade viu-se, assim, obrigado a responder não só à necessidade de instalação de um elevado número de serviços públicos, surgidos no novo contexto político-administrativo, mas também ao incremento da actividade comercial, emergente com a transformação económica que se começou a fazer sentir nos principais núcleos do arquipélago.⁷

Deste ponto de vista, trata-se de um movimento de centrifugação que parece, antes de mais, basear-se na ideia de um esgotamento do “centro” em termos da sua função residencial; corolário, talvez, daquilo que foi um longo período de urbanização efectiva, isto é, um tempo, mais ou menos ininterrupto, de crescimento *centrípeto* do núcleo urbano de Ponta Delgada.

Referências bibliográficas

- DOMINGUES, A. (1992), *Porto. Cenários de uma Metrópole Policêntrica*, Porto, Instituto de Geografia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).
- DURÁN, F. E. (2005), “Procesos de periurbanización y cambios en los modelos de ciudad. Un estudio europeo de casos sobre sus causas y consecuencias”, *Papers Revista de Sociología*, n.º 78, pp. 59-88.
- FERREIRA, V. Matias (1987), *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FERREIRA, V. Matias (2004), *Fascínio da Cidade: Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, ISCTE/Ler Devagar.
- GASPAR, J., SIMÕES, J. M., BARROSO, S. (2005), “Expansão urbana: dos novos bairros aos novos aglomerados”, in C. A. Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal – Planeamento e Ordenamento do Território*, Vol. 4, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 346-383.
- INDOVINA, F. (2005), “La metropolizzazione del territorio. Nuove gerarchie territoriali”, *Economia e Società Regionale*, n.º 21 (3/4), pp. 46-85.
- MARQUES, T. S. (2004), *Portugal na Transição do Século – Retratos e Dinâmicas Territoriais*, Porto, Edições Afrontamento.
- NELLO, O. (1998), “Los confines de la ciudad sin confines. Estructura urbana y limites administrativos en la ciudad difusa”, in J. Monclús (ed.), *La Ciudad Dispersa. Suburbanización y Nuevas Periferias*, Barcelona, Centro de Cultura Contemporània de Barcelona, pp. 35-57.
- ROCHA, G. (1991), *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX. Unidade – Permanência - Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- ROCHA, G. (1999), “Transição e Modernidade”, *Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores/Câmara Municipal, pp. 337-356.
- SANTOS, A. (1994), *Sinopse da Economia Açoriana*, Porto, Edições Asa.
- SILVA, J. M. Monteiro da (1995), “A economia regional e a autonomia”, *Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, pp. 83-96.

⁷ A apresentação de elementos descritivos e analíticos sobre o peso relativo que os subsectores do Comércio e da Administração Pública possuem na economia regional, é uma característica regular em muita da literatura de pendor económico e sócio-demográfico que, nas últimas décadas, tem aparecido no panorama científico da Região. Veja-se, por exemplo, Santos (1994) ou Silva (1995).

